

O pensamento crítico na proposta historiográfica de Ibn Khaldun (1332-1406): o caso da *Surat da aurora*

ELAINE CRISTINA SENKO*

Resumo

Inserido no campo das discussões sobre a teoria da historiografia medieval, o presente estudo tem por base uma análise do pensamento crítico defendido pelo erudito muçulmano Ibn Khaldun (1332-1406), em sua obra *Muqaddimah*, no que se refere ao trabalho do historiador em sua investigação do passado. Propomos, assim, averiguar o pensamento historiográfico de Ibn Khaldun através de um caso específico apresentado em seu trabalho: a reflexão sobre a passagem do livro sagrado Alcorão, a *Surat da Aurora*, a qual, segundo ele, estava sendo mal interpretada por historiadores e comentadores da época.

Palavras-chave: Teoria da Historiografia; Idade Média Oriental; Muqaddimah.

Abstract

Related to the discussions of the medieval theory of historiography, this study is based on an analysis of the critical thinking defended by the Muslim scholar Ibn Khaldun (1332-1406), in his work *Muqaddimah*, with regard to the work of the historian in his research of the past. This way we propose to investigate the historiographical thought of Ibn Khaldun through a discussion of the author's critic on the *Aurora Surat*, a passage of the holy book Quran which, in his thought, was being misinterpreted by the authors of the time.

Key words: Theory of Historiography; East Middle Ages; Muqaddimah.



* ELAINE CRISTINA SENKO é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No presente estudo concentramos nossa atenção no trabalho de um importante teórico da história: Abu Zaid Ad'ul-Rahman Ibn Khaldun (1332-1406), representante da tradição historiográfica islâmica no período tardo medieval. Nosso objetivo é analisar os aspectos do pensamento crítico defendido pelo autor, presente em sua obra *Muqaddimah* (1374-1378), no que diz respeito ao trabalho do historiador em sua investigação do passado. Para tal, teremos por base um relato específico do autor em sua obra: o momento no qual reflete sobre uma passagem do livro sagrado Alcorão, a *Surat da Aurora*, a qual, segundo ele, estava sendo mal interpretada por historiadores e comentadores da época.

Nascido em 27 de maio de 1332, Ibn Khaldun é descendente de uma família originária da região de Hadramut, sul da Arábia, a qual, seguindo o fluxo das conquistas muçulmanas, se estabeleceu por muito tempo em Sevilha, na Península Ibérica. Foi educado principalmente por mestres andaluzes, e por isso teve como herança cultural o legado dos *falsafas*. Ibn Khaldun foi um homem ativo, desenvolvendo seu trabalho erudito ao mesmo tempo em que servia ao governante para quem trabalhava. Por exemplo, em 1363, Muhammad V, sultão de Granada, enviou Khaldun em uma especial missão diplomática para ratificar um tratado de paz entre o rei Pedro, o Cruel, rei de Castela e os emires de *Al-Andaluz* que viviam em Granada. O apogeu de sua vida pública, no entanto, ocorreu no momento em que chegou ao Cairo, onde, em 1384, Barquq, sultão mameluco, nomeou Khaldun como professor de jurisprudência malikita na *Universidade de Al-Azhar*, também lhe



indicando uma cadeira no *Colégio d'Alcamha* (colégio do direito malikita) e lhe concedendo o cargo de *Grande Cádi Malikita* do Cairo. Claro, tamanho reconhecimento se deve ao trabalho intelectual de Khaldun, conhecido por seus estudos no ramo da história e teoria da historiografia presentes em sua obra *Muqaddimah*.

Segundo Ibn Khaldun (1958, p. 17), a história passaria a ser uma ciência, nobre pelo seu objetivo e utilidade. Através dela os homens teriam conhecimento do passado: os costumes, a maneira de viver dos povos antigos, as ações e atividades dos Profetas e a administração dos reis. Conseqüentemente, poderiam também se instruir, por meio das lições de conduta, sobre assuntos espirituais e temporais. No entanto, para que o discurso histórico obtivesse essa tão nobre validade, o investigador deveria focar a verdade, utilizando-se dos mais variados conhecimentos para realizar um exame atencioso das informações que obtém e apresenta. Nesse sentido, para Ibn Khaldun (1958, p. 18), o trabalho do historiador assumiria uma vertente crítica e questionadora, como inferimos de suas palavras:

Com efeito, se o historiador se contentar com reproduzir as narrativas transmitidas por via de tradição, sem consultar as regras aconselhadas pela experiência, os princípios fundamentais da arte de governar, a própria essência da instituição social e aquelas circunstâncias que caracterizam a sociedade humana, se não julgar sobre o que está longe pelo que está ao alcance de seu olhar, se não comparar o passado com o presente, nunca poderá evitar equívocos, caindo em erros, que o arrastam

para longe do caminho da verdade. Chega-se muitas vezes à conclusão de que os historiadores, os comentadores e mesmo os que melhor conheciam as tradições cometeram graves erros, ao contarem os acontecimentos do passado, somente porque se limitaram a adotar o processo de acolher indistintamente toda ordem de narrações sem as estudarem à luz dos princípios gerais que no caso se aplicam, sem as compararem com a narração de fatos análogos, ou fazerem-lhes suportar a prova das regras fornecidas pela lógica e pelo conhecimento da natureza humana, sem, enfim, submetê-las a um atento exame e a uma crítica inteligente. Assim, eles se colocaram fora do alcance da verdade, desviando-se para o descampado do erro histórico e da imaginação.

Na compreensão de Khaldun, não basta ao historiador apenas “reproduzir” as informações que encontra sem qualquer estudo, pois isso aumentaria a probabilidade de acontecerem graves erros; o historiador deve ter condições, ou seja, experiência no campo tratado e um olhar sempre atento e comparativo em relação ao presente, para conseguir avaliar a veracidade das informações com que trabalha. O uso da lógica e do conhecimento da natureza humana, inerente à crítica inteligente do historiador, assim é contraposta à mera prática da repetição sem critérios e da imaginação.

Como vemos, Khaldun torna-se um crítico de trabalhos que, sob a alcunha de “história”, não se comprometem com a verdade. O historiador muçulmano enfatiza a necessidade de busca pelo que realmente aconteceu para que o discurso histórico ganhe sua importância aos homens. Ainda combatendo o trabalho de certos

historiadores, Ibn Khaldun comenta (1958, p. 67-68) a respeito deles:

As informações mentirosas gravaram-se-lhes no espírito e a maioria dos leitores, que se compõem de homens nada criteriosos e pouco dispostos a empregar as regras da crítica, deles recebe estes contos igualmente sem reserva e sem reflexão [...] Numa palavra, deve conhecer a fundo as causas de cada acontecimento e as fontes de cada informação. Somente então estará apto a comparar as narrativas colhidas com os princípios e as regras de que dispõe. Se um fato estiver de acordo com estes princípios e responder a tudo o que exigem, pode considerá-lo autêntico; se não, tê-lo por apócrifo e rejeitá-lo. Foi na suposição do pleno exercício desta atenção escrupulosa pelos historiadores que os Antigos tributaram à suas obras a mais alta estima.

Khaldun fala em termos do emprego, por parte do leitor, de certas regras da crítica, bem como, por parte do historiador, de uma necessária reflexão. No pensamento do autor, tais práticas sugeridas compreendem um conhecimento profundo sobre as causas de cada acontecimento, da mesma forma que se deve atentar às fontes de informação, comparando-as. O critério da autenticidade das informações reside, portanto, no respaldo da crítica. Foi agindo dessa forma que os antigos (muçulmanos) tributaram tão alta estima às suas obras. Pois bem, passando ao nosso estudo de caso, vejamos como Khaldun (1958, p. 28-29) aplicou, na prática, suas orientações e pressupostos críticos sobre a escrita da história tendo por base um momento de sua obra no qual discutiu a interpretação, realizada por outros historiadores, sobre a *Surat*

da *Aurora*, presente no livro sagrado Alcorão:

[...] Mais inverossímil que a precedente e que mais ainda parece ser produto da imaginação, é a história que nos contam os comentadores ao explicarem a Surat da Aurora, nesta parte da palavra de Deus, que diz: ‘Não viste tu de que maneira teu Senhor tratou a Addu Iram Dhat Al-Imad?’. Eles nos apresentam o termo “Iram” como sendo de uma cidade ornada de “Imad”, isto é, de colunas. Na opinião deles, Addu, filho de Auss, filho de Iram, teve dois filhos: Chedid e Chadad, que lhe sucederam no reino. Chedid, ao morrer, deixou o trono para Chadad, que subjuguou todos os reis destas regiões. Ouvindo a descrição que lhe faziam do Paraíso, declarou que ele construiria outro igual. E, com efeito, construiu nos desertos de Aden uma cidade, que exigiu trezentos anos de trabalho. Chadad viveu até alcançar novecentos anos de idade.

Torna-se interessante o fato de Khaldun atribuir à imaginação, ou seja, à criação fantasiosa, toda informação que não corresponderia aos critérios analíticos que ele propunha. De fato, tendo por base um estudo filológico, genealógico e biográfico, Khaldun critica a informação, repassada por “comentadores”, de que Chadad, herdeiro de um reino, ordenou a construção de uma cidade nos desertos de Aden que representava a imagem do paraíso. No entanto, nesse conto, Khaldun aponta para um descompasso cronológico, ou seja, para a impossibilidade lógica e natural do governante ter vivido por novecentos anos. O historiador muçulmano (1958, p. 29-30) continua a narrativa da descrição da cidade sob um tom aparentemente irônico:

A cidade era imensa, os palacetes, feitos de ouro e prata, e as colunas, de esmeraldas e de rubis, com árvores de toda espécie e águas correndo por toda parte. Terminado os trabalhos, o rei dirigiu-se para a nova cidade acompanhado de seus súditos. Chegados a uma distância de um dia e de uma noite de marcha, foram todos fulminados por Deus, o qual lançou contra eles, do alto do céu, um grito formidável que a todos aniquilou. Esta é história contada por Tabari, Taalibi, Zamakhxari e por outros comentadores, que relatam também esta outra história: Um dos companheiros do Profeta, chamado Abdalla Ibn Kilaba, saindo à procura de seus camelos desgarrados, descobriu a aludida cidade e voltou trazendo de lá o que podia carregar. O califa Muawia, logo que soube da notícia, mandou vir Abdalla, que lhe contou o que tinha visto. Em seguida, mandou buscar Kab Al-Ahbar, para interrogá-lo sobre este assunto. Kab respondeu: ‘Eis aí Iram Dhat Al-Imad; deve ser visitada, sob vosso reino, por um muçulmano de tez vermelho clara, pequeno porte, com uma mancha preta acima da sobrancelha e outra no pescoço. Este homem sairá em busca de camelos’. Voltando-se e vendo a Ibn Kilaba, exclamou: ‘Por Deus! Eis justamente o homem que acabo de descrever!’.

Khaldun salienta o ornamentado espaço citadino, comentando logo em seguida a fúria divina para com o rei e seus súditos, todos mortos quando se dirigiam à cidade. Nesse momento Khaldun, numa forma de alusão crítica, cita o nome de historiadores (Tabari, Taalibi, Zamakhxari) que relataram tal feito, tal como se deles, e não tanto dos “comentadores”, fosse mais esperado um comportamento investigativo adequado. Na continuidade desse conto

Khaldun aponta para o conhecimento, por parte de Muawia, do acontecido na cidade por meio de um dos companheiros do Profeta, Abdalla Ibn Kilaba. Buscando por informações do assunto, o califa chama um oráculo, Kab-Al-Ahbar. Este descreve um homem que, sob responsabilidade do califa, deveria ir à cidade, o qual, para a surpresa do oráculo, coincide com Ibn Kilaba. Nesse momento Khaldun (1958, p. 30), diante de todas essas informações, não poupa suas críticas:

Desde aquela época, nunca mais se ouviu falar da existência de semelhante cidade, em nenhuma região do mundo. Os desertos de Aden, onde se pretende que a dita cidade fora construída, se situam no reino do Iaman. Ora, esta província foi sempre habitada e seus caminhos percorridos em todas as direções por caravanas e por guias, sem que, todavia, nunca se obtivesse a mínima informação sobre esta cidade; nenhum narrador, nenhum povo fez qualquer menção a seu respeito. Dizer que ela caiu em ruínas e desapareceu, como desapareceram outros monumentos do passado, seria uma resposta plausível, mas se fosse como os referidos autores a descrevem, tal cidade devia ainda existir. Na opinião de outros, a cidade de que se trata é Damasco, baseando esta afirmativa sobre o fato da ocupação desta cidade pelas tribos de Áad. Enfim, levam a extravagância ao ponto de pretender que Iram é invisível e não pode ser vista senão mediante práticas de feitiçaria ou de magia, o que não passa de meras divagações.

O argumento da constatação e da plausibilidade é levantado por Khaldun, tendo em vista que ele não encontrou qualquer informação sobre a existência de tal cidade. Ademais, mesmo aplicando seu conhecimento geográfico

e histórico sobre a região na qual ela se encontraria, não descobriu respaldo para qualquer notícia confiável. Não haveria, nem mesmo, resquícios arqueológicos – uma contradição, tendo em vista o suposto tamanho da cidade. O silêncio, portanto, torna-se um indício. Khaldun ainda ressalta a opinião de alguns sobre a possibilidade desta cidade ser Damasco, mas desconsidera totalmente a idéia dela ser invisível e necessitar de práticas mágicas para reaparecer. Khaldun (1958, p. 30-31), por fim, desqualifica a existência da cidade também por meio de seus conhecimentos gramaticais, uma crítica filológica:

Os intérpretes adotaram esta descrição fantástica somente para justificar a construção gramatical em que as palavras ‘Dhat Al Imad’ servem de qualificativo ao termo ‘Iram’, e, como eles atribuem ao termo ‘Imad’ o sentido de ‘coluna’, segue-se que ‘Iram’ deve ser um edifício. Esta explicação foi-lhes inspirada pela variante de Ibn Az-Zubair, segundo o qual pronunciava-se ‘Aadi Iram’(...). Apelaram então para estes contos, que parecem fábulas feitas de propósito ou anedotas para divertir o público. Além disso, ‘Imad’ significa ‘morões’, ‘postes de tendas’; mas, se lhe quisermos dar o significado de coluna, não seria inverossímil, visto o que se sabe dos Áaditas em geral, os quais tinham a reputação de grandes construtores de prédios e de colunas, e eram dotados de força prodigiosa. Mas nada autoriza a suposição de que, na frase citada, o termo em apreço seja o nome próprio de uma construção situada em tal ou qual lugar. (...) Não há necessidade, portanto, de recorrer a estas suposições absurdas para escorar lendas sem consistências. Longe do livro de Allah a profanação de ser preciso, para

explicá-lo, recorrer a fábulas sem sombra de verdade!”

No pensamento de Khaldun, os intérpretes, levados pelo erro, reproduziram o fantasioso relato da cidade, possivelmente reforçando ele no intuito de apenas divertir o público. Em suma, Khaldun não vê motivos para que se dê crédito a suposições absurdas e, inclusive, profanadoras, quando se trata do livro sagrado Alcorão.

Portanto, da nossa análise no presente artigo, compreendemos que, no ambiente mediterrânico do século XIV, Khaldun torna-se um exemplo de teórico da história que pressupõe um olhar crítico, lógico e racional sobre a escrita dos acontecimentos do passado, buscando a veracidade das informações apresentadas. Ao historiador, assim, cabe uma grande e pública responsabilidade. De fato, Khaldun é herdeiro direto da tradição historiográfica islâmica medieval, pois referencia em seu estudo, como no caso aqui tratado, o nome de diversos autores; no entanto, isso não quer dizer que siga, irrestritamente, o mesmo modelo de escrita da história desenvolvido por eles. Pelo contrário, indica nessa historiografia um sintoma de “confusão” entre história e fábula, causado pela falta de rigor na investigação das informações. Essa atitude estaria comprometendo o estatuto de uma história que traria, através de seu conteúdo, uma série de “lições de conduta”, ou seja, exemplos para se seguirem ou não. Ora, não podemos deixar de entrever aqui uma possível relação de influência ou analogia para com a tradição historiográfica grega. Lembremos que Heródoto, considerado o pai da história, escrevia o resultado de suas investigações para que os memoráveis fatos do passado não caíssem no

esquecimento (1977, p. 85) e Tucídides (1990, pp. 164, 166), historiador da Guerra do Peloponeso, considerava que o relato dos acontecimentos passados, quando investigados em sua verdade, se constituiria uma ferramenta útil por auxiliar os homens, na solução das várias dificuldades da vida política, em seu tempo presente e futuro¹. Dessa forma, a partir da constatação acima mencionada, surge aqui uma orientação para nossos futuros estudos na obra de Ibn Khaldun: a tradição grega, em sua vertente crítica e racional, como elemento constituinte, transformado e adaptado, da erudição islâmica medieval.

Referências

- HERODOTO. **Historia**: libros I - II. Tradução Carlos Schrader. Madrid: Gredos, 1977.
- KHALDUN, Ibn. **Muqaddimah** – Os prolegômenos (tomo I). Tradução integral e direta do árabe para a língua portuguesa por José Houry e Angelina Bierrenbach Houry. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP: Edusc, 2004.
- TUCIDIDES. **Historia de la guerra del Peloponeso**: libros I – II. Tradução Juan José Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1990.

¹ Nesse sentido nos das palavras de Arnaldo Momigliano, para o qual “o historiador grego quase sempre acredita que os acontecimentos passados têm uma relevância para o futuro. Na verdade, eles não seriam importantes se não ensinasse alguma coisa para aqueles que lêem a seu respeito. A história relatada tem sempre que prover um exemplo, constituir uma lição, servir de referência para os desenvolvimentos futuros dos negócios humanos”. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 38.